

NOTAS SOLTAS SOBRE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO Nº 4 ¹

por Armando Malheiro da Silva

1. Prólogo

Longo hiato separa a terceira nota desta quarta que, ao aparecer, significa que há ainda manifesta vontade de prosseguir, neste blog da BAD, para expor ideias e suscitar o debate, mesmo que até à data não tenham chegado reacções ou comentários críticos e desafiadores de resposta pelas notas precedentes. Também é verdade que me apresento neste formato como um não-bloguista e muito mais como um “colunista” algo prolixo, capaz de se espraiar, por uma dezena ou mais de páginas, pouco preocupado que se cansem de o ler e não o leiam... Num tempo em que parece ter-se atingido um consenso universal de que a escrita pública ou publicada tem de ser lida e, para tanto, deve ajustar-se ao perfil de um leitor rápido, pouco concentrado e que não nos pode dispensar muito do seu precioso tempo... Num tempo destes, eu perfilo-me em contra-corrente e agravo o perfil ao rejeitar o compromisso bloguista de manter a postagem com assiduidade!... Não posso, não consigo ser assíduo e como não-bloguista não preciso sê-lo.

Estas breves considerações prévias justificam, muito por alto, o meu silêncio e servem para significar uma linha de continuidade. Ao ritmo possível da minha complicada vida, em que a gestão eficaz do tempo não é um atributo positivo, mas uma falha flagrante, irei aproveitar eventos, publicações e iniciativas próprias ou alheias para me posicionar no campo científico (e, subsequentemente, profissional) da CI, tal como o concebo no âmbito do projecto formativo em nível de graduação e pós-graduação da Universidade do Porto.

E mantendo a linha escolhida, aproveito, com algum atraso, para divulgar a

¹ Um agradecimento especial à Sra. Luísa Alvim da Associação Portuguesa de Bibliotecário, Arquivistas e Documentalistas por permitir a republicação.

BAD Norte Blogue <<http://nortebad.wordpress.com/>> . Disponível em: <http://nortebad.wordpress.com/2009/09/02/notas-soltas-sobre-ciencia-da-informacao-4/>> . Acesso: 04 dez. 2009.

edição no Brasil de mais um estudo feito no âmbito do iFHC, sigla de Instituto Fernando Henrique Cardoso, entidade criada em 2004 e centrada em torno de uma destacadíssima personalidade acadêmica e política brasileira – o sociólogo e ex-Presidente da República Fernando Henrique Cardoso.

2 O livro/texto que serve de pretexto ao debate

A Curadora do Acervo Presidencial (e pessoal/familiar, uma vez que inclui três Fundos distintos: o FFHC, o Fundo Ruth Cardoso, antropóloga e mulher de FHC e o FFHC+RC), Danielle Ardaillon abre o livro com uma Apresentação, da qual não resisto a extrair alguns passos esclarecedores sobre a missão e objectivos do iFHC e do livro, aqui em foco;

Tempo e circunstância: a abordagem contextual dos arquivos pessoais: procedimentos metodológicos adotados na organização dos documentos de Fernando Henrique Cardoso / Ana Maria de Almeida Camargo, Silvana Goulart.- São Paulo : Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2007. 316 p.

Vejamo-los com atenção:

Desde o início do seu funcionamento, em 2004, o Instituto Fernando Henrique Cardoso (iFHC) – por meio de sua diretoria – optou pelo rigor técnico para manter a integridade do acervo nele depositado. Isso, tanto para as questões relacionadas à instalação e à conservação quanto para a metodologia do tratamento arquivístico adotada.

É o que o leitor poderá comprovar ao percorrer as páginas de Tempo e circunstância. O livro se inicia com uma exposição das orientações teóricas, um texto sofisticado no qual o encadeamento das palavras reflete o próprio exercício de um pensamento lógico e exigente. Seguem-se uma nota biográfica e a descrição precisa de todo o acervo, além da exposição detalhada do modo de descrição e notação aplicado. Na última parte, várias imagens ilustram a inserção dos documentos em banco de dados específico e as formas de recuperação das informações utilizadas. (..)

Ser responsável pela gestão de um acervo desse tipo não requer forçosamente a posse de um diploma de arquivista. Saber organizá-lo e preservá-lo, sim. Por isso, amparei-me desde o final dos anos 1990, bem antes da criação do iFHC, em especialistas com as quais tive a sorte de poder contar, como as historiadoras e arquivistas Silvana Goulart e Ana Maria de Almeida Camargo. A nossa convivência vem contribuindo de maneira essencial para o amadurecimento do que entendo ser a tarefa da curadoria: preparar o futuro “desse passado”.

Para uma cientista social, a compreensão da massa documental do intelectual, sociólogo e acadêmico não apresenta grandes dificuldades; entretanto, não fossem os anos passados no Palácio do Planalto, eu não teria noção da complexidade da documentação produzida e recebida por um presidente da República. E mais: sem o aprendizado decorrente do convívio profissional, nem a consolidação de uma confiança mútua com o titular do acervo, seria bem mais difícil estabelecer as políticas de conservação e acesso. (...)

Ora a partir do momento em que o acervo de um presidente da República é dito privado e de interesse público, e que a Lei que o rege não responsabiliza financeiramente o Estado pela sua preservação regular ao longo dos anos, a família ou a instituição que o abriga deve tomar algumas decisões para lhe assegurar uma guarda correcta. Mas o que significa “guardar correctamente um acervo documental privado de presidente da República”, além de assegurar sua organização arquivística e sua informatização dentro dos padrões contemporâneos, o que já não é pouco?

Tal tarefa engloba, sem dúvida, a definição e a gestão de políticas, de comum acordo com o titular do acervo ou com o seu representante. Políticas de conservação e restauro, de orçamento e captação de recursos, de descarte, de permissão de acesso à pesquisa, de proteção da intimidade ou, ainda, de inserção de outros fundos documentais são repetidamente questionadas.

Considero Tempo e circunstância o marco fundamental do processo de preservação do acervo denominado “Presidente Fernando Henrique Cardoso”. (...)

Quero, assim, agradecer a dedicação de Silvana e Ana Maria, bem como salientar o clima de civilidade que se manteve entre a equipe de arquivistas, informatas e a curadoria. Harmonizou-se entre nós o exercício acadêmico, forçosamente lento, da escolha de critérios descritivos; harmonizaram-se as demandas da equipe e as possibilidades técnicas dos informatas responsáveis pela criação do banco de dados, assim como os pedidos da curadoria numa instituição de caráter privado a fim de que fossem cumpridos os objetivos estatutários (...)

Inúmeras discussões pontuaram reuniões e mais reuniões de trabalho, detalhamentos, hesitações... Cada decisão arduamente tomada abria nova frente de dúvidas. Sei que o esmero profissional das autoras está satisfeito apenas por enquanto. E com razão. Uma metodologia é um work in progress haverá sempre alguma possibilidade de *fignolage* (zelo excessivo). (pp. 11 a 17)

Estes extratos contidos numa breve Apresentação podem causar estranheza por serem transcritos em extensão e com destaque, quando a natural expectativa dos eventuais leitores consiste em conhecer com pormenor o “miolo” do livro ou a sua novidade que as autoras decidiram, e bem, colocar no subtítulo – abordagem contextual dos arquivos pessoais. No entanto, o texto de Danielle Ardaillon

esclarece tudo o que de essencial convém saber ao depararmos Tempo e circunstância e deixa claramente perceber que a grande preocupação, delicadeza e dificuldade do processo incidiram na esfera arquivística, entregue a duas reputadas arquivistas, implicadas em sucessivas reuniões e intensas discussões, tendo em vista tornar acessível o acervo, sem excessivos esmeros ou preciosismos – pas de signolage!...

A partir de um caso concreto e específico, ou seja, com particularidades próprias, é proposta uma concepção arquivística, com aplicação a arquivos pessoais que não pode ser ignorada e é importante que seja conhecida, pelo menos, pela comunidade falante de português por esse Mundo afora. Uma concepção que tardava ser exposta por uma arquivista, a Professora Ana Maria Camargo, ávida leitora e colecionadora de tudo quanto se tem escrito sobre Arquivos e Arquivística nas mais diversas latitudes e “escolas”, e que, finalmente, nos brinda com a sua perspectiva plasmada num texto, que se segue à Apresentação de Danielle Ardaillon, intitulado Ponto de Partida, ocupando umas densas trinta e oito páginas, sobre as quais recairão os meus comentários e reflexões. O restante do livro ou a parte técnica/instrumental, com os procedimentos a seguir no preenchimento de uma base de dados, mereceu, aliás, o título significativo de Procedimentos, a ocupar, à parte os dois Anexos (I – Glossário de documentos; e II – Glossário de tipos de eventos), umas noventa e sete páginas (!) e que muito arquivista aprecia bem mais que a prosa teórica (!). Penso que a explicação dos procedimentos, como aparece feita, em suporte papel, (se fosse num cd de demonstração da base de dados seria, certamente, útil...) ilustra o que tenho vindo a designar por paradigma custodial, patrimonialista, historicista e tecnicista, iniciado nos finais do séc. XVIII e que, embora em profunda crise, resiste e sobrevive sustentando as pretensões pseudo científicas da Arquivística e a sua consolidação profissionalizante).

A Era da Informação tornou possível e inevitável a emergência de um novo paradigma ajustado a uma epistemologia da complexidade (Edgar Morin), no qual se inscreve a concepção transdisciplinar da Ciência da Informação que vem sendo proposta, ensinada, discutida e desenvolvida na Universidade do Porto, Portugal. O assumido alinhamento com esta concepção determina os comentários que me proponho aqui fazer, e o simples reconhecimento de um condicionalismo a priori

revela o meu anti-positivismo, ou seja, a minha convicção de que nas Ciências Sociais é preciso assumir, com todas as letras e consequências, a interferência subjectiva do observador/cientista, enquadrada, como nos ensinou Thomas Khun, dentro de paradigmas ou estruturados modos de ver, de interrogar, de ler, explicar e de teorizar e de aplicar um método para obter resultados, modo esse ensinado e reproduzido no seio de uma comunidade científica e profissional por algumas gerações. Eu assumo, pois, a adesão ao paradigma emergente e a defesa de uma Ciência da Informação constituída pela dinâmica transdisciplinar que entrelaça o legado teórico-prático de várias disciplinas práticas e profissionais como são a Arquivística, a Biblioteconomia, a Documentação e a Information Science (disciplina tecnológica nascidas nos EUA no final dos anos cinquenta). Assumo ainda que esta CI abrangente e emergente é uma ciência social aplicada e carece não apenas de técnicas metodológicas e de procedimentos técnicos específicos como normas de classificação, de indexação e de descrição documental, mas de um Método afinado com os requisitos e exigências da denominada investigação qualitativa, inerente ao campo complexo das Ciências Sociais. Daí a proposta do método quadripolar com seus quatro pólos (epistemológico, teórico, técnico e morfológico) e a adopção de teorias gerais, como a sistémica, conjugada de raiz com o pensamento complexo. A importância dada desde a publicação do 1º volume de Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação¹ ao conceito de sistema para melhor se descrever, analisar e compreender o fenómeno info-comunicacional tem-se traduzido em uma série de aplicações do conceito e da teoria sistémica a casos e problemas da CI, merecendo, aqui, especial destaque a minha proposta de abordagem (mais que contextual... sistémica) aos arquivos pessoais e familiares².

Enumero algumas das assunções básicas, para tornar clara e mais frutuosa a discussão que viso atingir com estas quartas Notas soltas. Os comentários e reflexões que se seguem são e devem ser entendidos como contributo sério para uma discussão que não convoca apenas as autoras do livro, mas os arquivistas, bibliotecários e cientistas de informação em torno de alguns pontos que me parecem cruciais.

3 O debate que urge acontecer...

3.1 A perspectiva das Autoras de “Tempo e circunstância”-exposição crítica...

A abordagem contextual dos arquivos pessoais de Ana Maria de Almeida Camargo e Silvana Goulart é, sem dúvida, um contributo importante pelo esforço de teorização feito com o objectivo de vincar bem duas diferenças essenciais para as autoras: a singularidade do documento de arquivo e a total diferenciação de perspectivas e procedimentos entre o arquivista e o historiador. Mas, apesar da tónica na distinção do documento de arquivo, as autoras, pressionadas pelo caso FHC-Presidente da República e, cedendo ao casuísmo e empirismo, típicos do senso comum que contamina o paradigma custodial e tecnicista, que vem modelando a profissão de arquivista, ousam – e em minha opinião é uma ousadia muito interessante e estimulante – incluir os artefactos ou objectos tridimensionais no² conceito de documento de arquivo (“ao contrário dos livros e outras publicações que pertencem ao espaço da biblioteca e ali desfrutam de tratamento convencional”, p. 56):

os inúmeros artefactos do acervo são submetidos às operações de contextualização que se aplicam aos documentos de arquivo. Com exceção de algumas peças que ostentam, de forma indelével, inscrições elucidativas da funcionalidade que cumpriram, as demais retiram única e exclusivamente do contexto seu estatuto documental.

A sua simples presença de objetos tridimensionais não implica a criação de um ambiente técnico museológico, como tem sido a opção de várias instituições similares. No nosso caso, por mais que demandem armazenamento e cuidados especiais nas múltiplas dimensões e suportes sob os quais se apresentam, e por mais que tenham lugar de destaque nas atividades expositivas do Instituto Fernando Henrique Cardoso, os artefatos compõem, ao lado de outros gêneros documentais, o conjunto articulado e indissociável a que chamamos arquivo (p. 57).

Esta postura das autoras é ousada, afronta as convicções coleccionistas dos museólogos, mas frágil e inconsequente... Por que não incluem nesse “conjunto

² SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio; e REAL, Manuel – *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. Vol. 1. Porto: Edições Afrontamento, 1999. ³ SILVA, Armando Malheiro da – Arquivos familiares e pessoais: bases científicas para a aplicação do modelo sistémico e interactivo. *Revista da faculdade de Letras – Ciências e Técnicas do património, Universidade do Porto*, Porto, 1 série, 3 (2004), p. 55-84.

articulado e indissociável a que chamamos arquivo” os livros e publicações? Para não afrontar um velho “acto de corte sensorial” da Modernidade que instituiu a divisão/separação institucional entre Biblioteca e Arquivo, entidades custodiadoras de objectos materialmente diferentes? As autoras não se detêm a teorizar com detalhe a diferença entre documento de arquivo e documento bibliográfico, mas, uma análise atenta da solução prática, encontrada para o preenchimento da base de dados da documentação de Biblioteca, verifica-se que, embora respeitando as especificidades normativas padronizadas, o primeiro campo dessa base é o de Fundo, o que permite agregar os livros e publicações de FHC, de RC, do Casal FHC+ RC e do iFHC... Faz sentido que assim seja, porque uma abordagem contextual tem de dar uma extensa supremacia ao contexto, só que para tanto, e do ponto de vista teórico, é elementar uma definição operatória de contexto, que não surge claramente assumida, mas esquematicamente explicado em um quadro logo no início do item Alimentação da base de dados (capítulo Procedimentos): “Contexto (circunstâncias de origem) // evento: tipo; especificação; local; data/período; e descritores. Pelo quadro em pauta contexto aparece num nível diferente do da identificação do Arquivo (com os seus seis pontos diferentes: Arquivo/documentação textual; Arquivo/documentação audiovisual; Arquivo/documentação sonora; Arquivo/documentação iconográfica; Arquivo/documentação tridimensional), onde aparece, em primeiro lugar, o Fundo seguido de Documento e mais dez campos descritivos... Infere-se, deste ordenamento estrutural da base de dados, que Contexto não é Fundo, mas as autoras oferecem-nos um parágrafo que sugere, em simultâneo, uma proximidade e uma diferença semântica entre os dois conceitos:

A primazia do contexto não passou despercebida aos críticos das normas que, inspiradas em sistemas biblioteconômicos, como as ISAD(G), privilegiaram a descrição dos documentos a partir do fundo e de suas divisões hierarquizadas, usando o modelo estático e rígido que vai do topo à base; na opinião do arquivista holandês Peter Horsman, é inconcebível deixar de lado competências, funções, actividades e tarefas no processo de contextualizar documentos, o que significa proceder da base ao topo para que nada se perca de sua natureza dinâmica (p. 44).

(...) O caminho do arquivista é bastante sinuoso, na medida em que busca a lógica organizacional nem sempre adequadamente traduzida na nomenclatura das partes que integram sua estrutura, o que o leva a privilegiar o método funcional e ajustar seus termos ao contexto imediato de acumulação dos diferentes documentos. E esse ajuste depende de dois itinerários: o que vai do específico ao genérico, ao contrário do que propõem os defensores da chamada descrição multinível, e o que

remonta à forma mais antiga a partir da mais recente, invertendo o curso natural do tempo na abordagem da documentação. Essas observações são válidas também para os arquivos pessoais, quando se recorre a currículos ou outras categorias genéricas como suporte de operações contextualizadoras (p. 45-46).

A abordagem contextual das autoras não exclui, antes convoca como pressuposto essencial da Arquivística, a lógica organizacional, bem como a estrutura com os seus órgãos, serviços e respectivas competências, funções, actividades e tarefas, elementos que habitualmente cabem na definição “oficial” de Fundo, dada repetidamente na parte dos Procedimentos: “Entidade ou pessoa responsável pela acumulação de documentos ao longo das funções e atividades que exerceu ou exerce” (p. 89). Mas, tanto quanto pude perceber, as autoras reservam uma significação para contexto muito mais minimalista do que a que eu atribuo ao verbete Contexto, do DeltCI³: elas afirmam que os documentos são entidades singulares ou colectivas “cuja individualidade se pretende recuperar a partir do contexto em que foram recuperados” (p. 59). E acrescentam que a cada unidade de descrição (ficha catalográfica ou de inventário) corresponde “a identificação formal do documento e o registro das circunstâncias que justificam a sua presença no arquivo” (p. 59). Contexto e circunstância e um determinado tempo, ou seja, data/cronologia parecem enformar conceptualmente o contexto. A pergunta que não resisto fazer de imediato é por que os documentos impressos escapam à contextualização? As autoras, nas tabelas dos campos da Base de Dados, quando a especificam para a Biblioteca, não omitem o campo de contexto. Consideram, e bem, que o documento de biblioteca também possui um contexto. Se assim pensam, estou de acordo com elas. E as autoras vão mais longe, ousando uma tímida, mas importantíssima ênfase no conceito de organicidade, tão evocado pelos arquivistas e pouco ou mal definido: “os documentos devem ser classificados de modo a preservar sua organicidade (isto é, sua capacidade de refletir funções e atividades da pessoa que lhes deu origem)” (p. 59). Demasiado tímida e diferente do conceituado no verbete organicidade no DeltCI, porque quem chegou até este ponto poderia, talvez, acrescentar que os documentos produzidos e recebidos por uma pessoa reflectem suas funções e actividades!... Com este pequeno, grande

³ Ver <http://www.ccje.ufes.br/dci/deltci/index.htm> (acedido em 26-8-2009).

avanço, a organicidade passa a abranger, coerentemente, os documentos tridimensionais que as autoras integram no conceito de arquivo e, inevitavelmente, os livros e publicações que elas, aceitando que possuem um contexto, não consideram ser de arquivo... Mas, por quê? Uma das razões ou justificativa, eivada de alguma sofisticação retórica, é a existência de “padrões distintos na organização dos documentos: o que associa a configuração lógica à material, aplicada à biblioteca, e a que dissocia uma da outra, aplicada no arquivo” (p. 58). Umas páginas antes, e ao criticarem a posição decorrente do “arquivismo administrativista”, segundo o qual só os arquivos institucionais com documentação jurídico-administrativa mereciam a designação de arquivo, não sendo arquivos, mas coleções, os “arquivos pessoais”, passíveis de serem organizados de acordo com as necessidades da pesquisa ou dos pesquisadores, as autoras explicam-se:

Considerados como coleções de documentos, os arquivos pessoais têm sido abordados por meio de critérios originários das bibliotecas, coerentes com a tradição de ali se depositarem as obras e os demais papéis dos escritores. Dessa perspectiva, os documentos são tratados um a um, gerando unidades descritivas autônomas. Resultado: transferem-se para o documento de arquivo os atributos do livro, cuja autonomia de significado – que o leva a constituir um verdadeiro universo de auto-suficiência – corresponde à possibilidade de ser descrito a partir de regras gerais, sem levar em conta o contexto em que foi produzido (p. 37).

A argumentação das autoras é inteligente, mas simplista e distante do imperativo de uma epistemologia da complexidade. De que livro estão a falar? De um livro jurídico? Um código civil é auto-suficiente quanto ao significado e independe do contexto em que é produzido? Um romance de um autor é auto-suficiente e independe da obra completa (“contexto”?) de um autor? Falam as autoras de um livro impresso? E uma apostila do séc. XVI, manuscrita produzida num Mosteiro e aí usado como material didático, é um documento de arquivo e também pode ser autónomo quanto ao sentido ou significado, não pode?

Por esta bateria de perguntas, percebe-se que discordo abertamente das autoras, mas a crítica que elas fazem a Frank Burke e a todos quantos reduziram os arquivos pessoais a “coleções” é por mim partilhada sem reservas. Portanto, a minha discordância com elas funda-se nos pressupostos epistemológicos e paradigmáticos que nos afastam, e podiam não nos afastar tanto se elas ousassem ir aonde, em parte, dizem que querem ir. Um exemplo basta: Angelika Menne-Haritz

definiu a Arquivística como a “ciência dos contextos e relações”. As autoras aplaudem esta definição e eu também, com uma pequena ressalva: o verbo tem de mudar de tempo... A Arquivística será essa ciência, se transpuser as suas limitações práticas e descritivas. Se invadir e derramar-se nos campos biblioteconómico, documentalista e até museológico... Se transpuser o palpável – o documento ou artefacto – e centrar-se no simbólico ou mentefacto – as ideias e emoções representadas através de códigos (palavra escrita, palavra falada, numérico e algébrico, imagético, geométrico ou figurativo, cromático, gestual, “braille”, etc.). Antes da relação entre documentos, há uma relação prévia e básica estabelecida através da acção humana entre o conteúdo e o suporte. E há relações entre conteúdos que são idênticos, mas registados em suportes diferentes... A Arquivística de Angelika Menne-Haritz não existe? Sim, existe! Existe como ingrediente fundamental da emergente CI transdisciplinar e para cuja definição aconselho o verbete Ciência da Informação no DeltCI... Pode, assim, dizer-se da CI, de uma forma mais consistente, que é a “ciência dos contextos e das relações” ou, se quisermos ser mais completos, a ciência que se debruça sobre o fenómeno info-comunicacional, materializado através da capacidade sónica e simbólica (podem os arquivistas abraçar a Diplomática e ignorar a Semiótica? Eu acho que não...) e registada em suportes (papel, superfícies electro-magnéticas, tela, pedra, etc.). A CI trabalha sobre documentos? Sim, sempre, mas para compreender “contextos e relações” por onde a informação surge e se plasma documentalmente e emerge, de novo, transitando de suporte e plasmando-se noutro documento...

Vem, aliás, a propósito que se tome o documento como a face palpável do objecto de estudo da CI e se discuta este tópico axial.

As autoras não discordam da definição consensual de que documento é informação num suporte. Mas para elas o seu objecto de estudo é o “documento de arquivo” que remete sempre para um contexto e possui valor probatório. Elas ousam falar deste valor aplicado aos arquivos pessoais e, portanto, demarcam-se da significação jurídico-administrativa que é atribuída a esse valor. Penso que estou a interpretar correctamente se disser que, para as autoras, o valor probatório de tais documentos é evidencial, ou seja, deriva e comprova a ocorrência de eventos. É bastante interessante e útil o Glossário de tipos de eventos (Anexo II), constituindo uma inovadora contribuição a reter, que seria muito frutuoso

comparar com a noção de situação (ver verbete no DeltCI) aplicada e desenvolvida em estudos de Comportamento Informacional. Só que se levarmos até as últimas consequências lógicas esta constatação, na raiz de todo o documento (de arquivo ou de biblioteca) está um evento e um respectivo valor probatório ou evidencial. Mais ainda: todo o “documento de biblioteca” começou por ser um (e nunca deixou de sê-lo, quanto à informação que contém) “documento de arquivo”, tal como o entendem as autoras, e se a Arquivística fosse, de facto, uma “ciência de contextos e relações”, e não uma disciplina profissional e corporativa “abafada” pelo senso comum, tinha de ter descoberto e consagrado esta evidência menos palpável, mas efectiva, assumindo as inevitáveis consequências práticas!...

Mesmo nos documentos tridimensionais, assim designados pelas autoras, está subjacente um valor probatório ou evidencial? Uma epistemologia da complexidade, que o senso comum (princípio e fim de disciplinas práticas e profissionais como a Arquivística) não pode absorver e que só através do exercício indagativo da cientificidade, em permanente construção, é possível ir deslindando, recomenda muito cuidado e nada de simplificações práticas para facilitar o trabalho de descrição... A descrição é tão só um resultado (pólo morfológico) comandado pela vigilância crítica, dirigida a partir do pólo epistemológico, e pela interacção do pólo teórico e pólo técnico, como funciona o Método Quadripolar (ver verbete no DeltCI).

Ora, então voltemos à pergunta e vejamos: uma caneta Parker é um documento de arquivo, porque adquire pertença ao contexto arquivístico, como oferta à pessoa ou entidade do arquivo pessoal, familiar, associativo etc. As autoras acham que há a “absoluta necessidade de manter o vínculo orgânico entre os objectos e as ações que por eles se expressam, já que seus únicos atributos intrínsecos são “propriedades de natureza físico-química: forma geométrica, peso, cor, textura, dureza, etc., etc.” Como disse Ulpiano T. Bezerra de Medeiros, quando se trata de artefactos, “nenhum atributo de sentido é imanente” (p. 57-58). Parece-me que o Design e a Escultura desmentem Ulpiano, porque o designer e o escultor modelam a matéria prima a partir de um mentefacto, de uma ideia associada a uma linguagem (código) geométrico e cromático, que se situam no plano das representações mentais e emocionais codificadas. Portanto, os artefactos serão documentos porque contêm informação e suscitam informação e, para um

semiótico, o que afirmo não parecerá absurdo. Já uma rocha, ou uma árvore, não são artefactos por não serem feitos pelo ser humano a partir de uma ideia ou mentefacto, mas podem suscitar informação em quem os aprecia ou observa. Para um geólogo, uma amostra de minério pode ser considerado como “tendo” informação geológica que ele identifica porque, na verdade, é ele quem lê e quem vê essa informação nessa amostra (um leigo não vê mais que uma pedra...), mas para mim essa amostra não cabe dentro do meu objecto de estudo, enquanto cientista da informação, e fica fora do conceito operativo de informação com que preciso trabalhar e que, sem ser perfeito, tem de ser definidor: informação “é um conjunto estruturado de representações mentais e emocionais codificadas (signos e símbolos) e modeladas com / pela interacção social, passíveis de serem registadas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multi-direccionada” (DeltCI). Esta definição é a de comunicação, enquanto processo de interacção através de conteúdos produzidos e transmitidos, sendo que o conceito de documento corresponde a uma espécie de epifenómeno, situado entre a produção e materialização de um sentido que pode ser comunicado, mas só acontece comunicação quando há plena interacção, obrigam-me, por um lado, a refrear um pouco os ímpetus de significação demasiado extensiva em relação ao documento e, por outro, a aceitar uma concepção integradora: de um livro impresso a uma cadeira ou máquina de escrever, passando por cartas, fotografias, quadros, etc., pertencentes a uma pessoa ou a uma família, emerge um conjunto documental orgânico apreensível a “olho nu” e um Sistema de Informação (ver DeltCI), passível de ser indagado, descrito, compreendido e explicado como unidade holística e complexa pela CI. E o facto de eu ter de descrever cada artefacto, seguindo normas específicas, consoante se trate de um livro, uma revista, uma série de cartas recebidas e expedidas, ou uma medalha comemorativa não afecta a organicidade que os envolve a todos, da qual decorre, aliás, a possibilidade de aplicação do conceito operativo de Sistema, nem esconde e muito menos dissolve a subjacente presença do fenómeno info-comunicacional (ver verbete no DeltCI).

No livro *Arquivística* (vol. 1), introduzimos um conceito que não temos usado e que parece ter sido deixado ao abandono: sistema patrimonial complexo surgiu para abarcar documentos em papel e tridimensionais acumulados por uma

qualquer entidade, especialmente escritores isolados ou inseridos num contexto familiar. Não considero que este conceito operativo deva ser abandonado e seria interessante “testá-lo” em Casas-Museu e espaço similares.

Prolongarei a discussão, num último item, incidindo sobre a base da perspectiva de Ana Maria de Almeida Camargo e de Silvana Goulart, sem deixar, no entanto, de saudá-las pelo meritório esforço de limar algumas arestas e de corrigir graves imperfeições na prática profissional do arquivista.

3.2 A perspectiva das Autoras de Tempo e circunstância – mais discordância crítica...

O texto vai já longo em demasia e apronto-me, por isso, a rematá-lo, reservando, para este momento, a discussão crítica da base da proposta das autoras de Tempo e circunstância.

Em uma nota de rodapé curta e discreta, mas esclarecedora da perspectiva das autoras, elas afirmam: “O conceito de arquivo familiar só se aplicaria, no nosso entendimento, a documentos de determinadas propriedades que se transmitem de geração para geração, a membros da mesma família, o que raramente ocorre no Brasil” (p. 29). Se o entendimento das autoras estiver certo, a sua proposta consolida-se, mas se ele for absurdo contamina negativamente o esforço feito. Nesta brevíssima nota está contida uma questão central: o arquivo de FHC é um arquivo pessoal ou familiar? No item O acervo e seus contornos, ficamos logo a saber que no Instituto Fernando Henrique Cardoso estão custodiados, de momento, dois arquivos: o de Fernando Henrique Cardoso (distinguido, funcionalmente e não organicamente, em período pré-presidencial, presidencial e pós-presidencial, o que evidencia um critério funcional político) e de sua mulher Ruth Corrêa Leite Cardoso. Dois arquivos ou fundos separados, separação bem vincada no plano da descrição ou Base de Dados... Se a Arquivística fosse uma “ciência dos contextos e relações”, tinha de resolver ou, então, explicar bem porque o estatuto pessoal se sobrepõe ao familiar, pois a partir do momento em que Fernando e Ruth se casaram, não deixaram de ser pessoas com actividades próprias, mas o seu estado civil/pessoal alterou-se e ficaram casados, ou seja, constituíram uma entidade bio-social, uma família nuclear, o que implica um acréscimo de complexidade e a

complexidade não se simplifica, compreende-se e explica-se até que possa parecer simples (sem nunca o ser...). É verdade que as autoras admitem a criação de um Fundo FHC+RC, possivelmente para a documentação do casal, mas isto significa “isolar” partes de uma totalidade complexa e esta intervenção “intelectual” isolacionista converte-se numa representação final, em termos catalográficos, onde não se percebem as relações reais que existiram e onde se fragmentam os contextos. Isto me parece muito grave e anseio por uma discussão aberta e enriquecedora com as autoras e com todos os que sustentam esta prática...

As autoras defendem que só há arquivo familiar se houver documentação patrimonial, como houve na chamada Família patriarcal do Antigo Regime europeu (antes da Revolução Francesa). Não vejo como os historiadores e os sociólogos da família podem respaldar este critério que padece da mesma fragilidade do usado pelos “arquivistas clássicos”, ao justificarem as colecções de manuscritos como não-arquivos, posição que as autoras desmontam muitíssimo bem.

Os perigos da retórica sofismática rondam e atacam, frequentemente, o discurso arquivístico e é preciso enfrentá-los. Como? Através do esforço de coerência científica (sempre sujeita a um refazer crítico constante): as autoras afirmam, a dado passo, que “Cartas, retratos e outros documentos que pertenceram ao avô, Marechal Joaquim Inácio Batista Cardoso, e ao pai, Deputado Leônidas Cardoso, não chegam a constituir fundos orgânicos, e sim parcelas representativas do interesse de Fernando Henrique Cardoso pelos antepassados” (p. 29). Mas, não bastaria existir documentos do pai e de um avô para estarmos perante um arquivo ou fundo familiar e não apenas o arquivo pessoal de FHC?... Se pensarmos numa família de artistas e de compositores musicais que, ao longo de várias gerações produziram e acumularam partituras e outros documentos, instrumentos musicais e nenhuma propriedade, não estaremos claramente perante um arquivo familiar (eu prefiro o conceito operatório de Sistema de Informação familiar) com documentação pessoal? Será que o critério da opção feita pelas autoras baseou-se no facto desses documentos serem residuais e de que, em termos descritivos, fica mais fácil identificar catalograficamente (subtil tentação de mimetismo à catalogação bibliográfica, que os arquivistas aparentemente rejeitam...) os documentos distribuídos por vários fundos e os que não chegam, quantitativamente, para formar um fundo inserem-se no arquivo de um neto zeloso pela sua

preservação!?!...

Se partirmos da hipótese (não gosto de princípios retóricos...) que a informação e os documentos são sempre orgânicos, porque resultam sempre da associação dinâmica, entre uma qualquer estrutura e as actividades e tarefas protagonizadas por um ou vários actores sociais (organicidade), as “cartas, retratos e outros documentos “ do Marechal Joaquim Batista Cardoso ou do Deputado Leônidas Cardoso são, indiscutivelmente, orgânicos em termos do quadro orgânico-funcional, em que estes personagens actuaram e orgânicos, também, por se tratarem de membros de uma Família, que é a mais elementar e indelével estrutura social constituinte das sociedades humanas.

Neste sentido, se metidos em várias caixas os documentos relacionados com uma só pessoa e mais ninguém são, obviamente, orgânico-funcionais e sou impelido a admitir estar perante um Sistema de Informação pessoal ou um arquivo pessoal, na abordagem das autoras. Mas basta que haja um documento do pai, mãe, irmão ou irmã, avôs e avós para que a dúvida se instale e a análise contextual se faça de modo a determinar-se, com o rigor possível, a fim de que na Base de Dados a descrição oferecida aos utilizadores seja verossímil e não demasiado subjectiva ou variável. O mais provável parece-me ser que nesse caso estamos diante de um Sistema de Informação familiar.

4. Nota de insistência no debate

Tempo e circunstância, ao estimular esta já longa prosa e um incitamento vivo, da minha parte, ao debate, merece ter sido publicado e circular pela comunidade arquivística e fora dela. Lê-lo é obrigatório e discuti-lo imprescindível.

Ficarei muito apreensivo se estas Notas não suscitarem uma reacção, e não penso apenas nas autoras, colegas que não me cansarei de saudar o seu contributo sério para dignificar a área a que se dedicam, mas em todos quantos ensinam e trabalham com documentação familiar e pessoal. Se o silêncio público (não digo os comentários *off record*, nada construtivos) se mantiver a capacidade crítica e reflexiva dos arquivistas e profissionais da informação, deixa muito a desejar, como professor de CI só posso ficar preocupado e muito desanimado...